

Um Modelo de Avaliação de Projeto de Inclusão Digital e Social: Casa Brasil

Maria de Fátima Ramos Brandão¹, Bartholomeu Tôrres Tróccoli²

¹Departamento de Ciência da Computação - Instituto de Ciências Exatas

²Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia

Universidade de Brasília (UnB)
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, Brasil
fatima@cic.unb.br, troccoli@unb.br

Abstract. *This paper proposes a social program evaluation model for the Casa Brazil Social-Digital Inclusion Project. The model has four major dimensions as observed indicators: resources, processes, results and social inclusion. The implementation of the proposed program evaluation model includes enrollment for a distance in a social program evaluation course as well as a collaborative construction of the major social networks that constitutes the project.*

Resumo. *O artigo propõe um modelo de avaliação de programa social para o Projeto de inclusão digital social Casa Brasil. O modelo compreende quatro dimensões de indicadores: de recursos, de processos, de resultados e de inclusão social. A implementação do modelo proposto de avaliação de programa inclui formação a distância em avaliação de programa social e a construção colaborativa para consolidar a rede social Casa Brasil.*

1. Introdução

O Projeto Casa Brasil tem por objetivo promover o desenvolvimento social a partir da apropriação autônoma das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da inclusão digital. O projeto deverá promover a geração de trabalho e renda, a ampliação da cidadania, a popularização da ciência e da arte, o acesso e a produção de informação e conhecimentos. Deverá, também, criar e consolidar as redes sociais e parcerias para o desenvolvimento sustentável local e das regiões de abrangência. O sucesso do Projeto Casa Brasil depende da criação de infra-estrutura, conectividade em áreas remotas, capacitação para todo o território nacional, suporte técnico e gestão eficazes, articulação comunitária para o desenvolvimento sustentável local e avaliações sistemáticas.

O artigo propõe um modelo de avaliação formativa e orientado a gestão (Fitzpatrick, Sanders & Worthen, 2004) e a definição de indicadores, estratégias e níveis de análise que permitirão a avaliação de resultados e impactos no contexto social e nos indivíduos usuários das unidades Casa Brasil. A implementação do modelo adota a abordagem de formação da equipe de gestores e técnicos da coordenação nacional do projeto, em curso a distância em avaliação de programas sociais. O objetivo do curso é promover a compreensão comum sobre os conceitos e o modelo de avaliação proposto numa construção colaborativa dos objetivos, componentes e plano de levantamento de dados de avaliação do projeto. O curso foi produzido e ofertado utilizando o ambiente Moodle e abordou também aspectos éticos envolvidos na avaliação.

2. Descrição do Projeto Casa Brasil

O Projeto Casa Brasil prevê a instalação de 90 unidades CASA BRASIL cada uma composta com seis módulos: telecentro com 20 microcomputadores para uso livre pela comunidade, capacitação e oficinas especializadas; um Auditório para atender um público mínimo de 50 pessoas; uma Biblioteca Popular com sala de leitura aberta à comunidade; um Laboratório Multimídia para a criação de conteúdos, capacitação e difusão interna e externa da produção e bens culturais; uma Oficina de Rádio Comunitária para a difusão e comunicação comunitária via web; um Laboratório de Ciências ou, alternativamente, Laboratório de Informática (Montagem e Manutenção de Computadores) para promover a divulgação da ciência e para a capacitação em reciclagem de equipamentos e microcomputadores. As Unidades Casa Brasil deverão ser instaladas em todo território nacional em localidades de grande concentração de pobreza e exclusão social (CNPq, 2005a; 2005b).

Dois Comitês (Gestor e Executivo) e uma Secretaria Executiva são responsáveis pela gestão, acompanhamento, implementação e desempenho do projeto. Esses comitês incluem representantes da Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Coordenação Nacional do Projeto Casa Brasil é responsável pela operacionalização das ações de implementação e desenvolvimento do projeto. As Unidades contam, cada uma, com um Parceiro Estratégico que abrigará a Unidade e garantirá o seu funcionamento por um período mínimo de três anos. As unidades foram selecionadas por Edital (CNPq, 2005b) e estão sendo instaladas em regiões de alta concentração de pobreza e em espaços físicos de no mínimo 300 metros quadrados. Contarão com a participação da comunidade nos processos de gestão por meio de um Conselho Gestor composto por cidadãos residentes na área da unidade Casa Brasil.

3. O conceito de Dívida Digital, Inclusão Digital e Cidadania Digital

O termo *dívida digital* é usado para descrever as diferenças sócio-econômicas de determinados grupos em relação ao acesso à tecnologia da informação e comunicação (TIC) com base em determinados parâmetros tais como faixa salarial, raça, etnia, gênero, idade, localidade geográfica, etc. A disponibilidade de acesso a Internet é um aspecto fundamental, porém não é único. O acesso depende das habilidades de uso das TICs, da qualidade do conteúdo digital, da conexão, dos serviços auxiliares e outros fatores que afetam o uso efetivo das TICs (Compaine, 2001; Warschauer, 2003).

O conceito de *dívida digital* tem sido ampliado para incorporar além do aspecto do acesso, às questões da aquisição de habilidades de uso das TICs, de criação de oportunidades econômicas, de trabalho e de participação democrática, ou de cidadania digital (Mossberger, Tolbert & Stansbury, 2003). Além disso, o termo também está associado às redes sociais e a teoria crítica da tecnologia para a inclusão social, onde são estudados padrões e tipos de uso com métodos observacionais, análise de comportamento do usuário, comparações transnacionais, pesquisas internacionais, pesquisa de aspectos econômicos e políticos sobre problemas regulatórios, estudos etnográficos longitudinais e estudos qualitativos (Warschauer, 2003).

O conceito de *inclusão digital* apresenta também pouca operacionalização em estudos empíricos, possivelmente por conta da dinâmica de evolução e impactos sociais subjacentes às mudanças tecnológicas. No Brasil, o estudo da FGV/CPS fornece uma sistematização do conceito de Inclusão Digital o que permitiu o mapeamento geográfico do espaço brasileiro (FGV/CPS, 2003). Os dados evidenciam que a aquisição de computador e acesso à Internet é menor entre certos grupos da população.

Essa questão tem sido focada na infra-estrutura de acesso, tendo como pressuposto que o problema é de financiamento. Uma outra abordagem considera que as habilidades em Tecnologia da Informação (TI) e a infra-estrutura de acesso são como "bens públicos", na medida em que são capazes de promover o crescimento econômico e a governança democrática. Tal como as escolas e bibliotecas, a internet é um recurso para acesso a informação e promoção da cidadania, pelo ganho social proporcionado pelo suporte público para acesso a TI e ao conhecimento. Existe também o argumento com base no princípio da equidade e de promover oportunidades a grupos tradicionalmente excluídos do desenvolvimento social. Nessa perspectiva, a *cidadania digital* amplia o conceito para além do acesso e do desenvolvimento de habilidades para incluir a inserção social e a participação democrática.

Segundo estudo da FAO (Proenza, 2002), as tecnologias da informação e comunicação oferecem um conjunto de ferramentas, sem precedentes, para promover cidadania para a população como um todo, numa relação de custo/benefício nunca antes obtido. Estratégias para a redução de pobreza na era da informação podem ser propostas para países da América Latina e do Caribe, bem como países em desenvolvimento em outras partes do mundo. O estudo oferece um guia prático para definição de políticas de desenvolvimento com base nas tecnologias de informação e comunicação. Os elementos apresentados para a definição de políticas públicas de inclusão digital incluem: (1) acesso amplo à internet no que diz respeito à oportunidade, segurança e empoderamento; (2) aprendizado democrático e em rede o qual está relacionado à questão da incorporação das TICs na educação e a preparação de pessoas competentes para promover o uso e o aperfeiçoamento permanente; (3) desenvolvimento competitivo e inclusivo de oportunidades de trabalho e mercado; (4) desenvolvimento social em rede que inclui ações de desenvolvimento para comunidades carentes e excluídas; e (5) inserção da relação TIC e Pobreza na política de desenvolvimento nacional. Esses estudos estabelecem as bases do modelo de avaliação proposto a seguir.

4. Delimitação da Avaliação do Projeto

A avaliação de programas públicos no Brasil aponta a carência de objetivos claros e mensuráveis, dificuldade de rigor metodológico e de delineamentos próprios, carência de literatura e de recursos que restringem a adoção de práticas avaliativas confiáveis e que garantam a generalidade de seus resultados (Mourão, 2004).

Para se estabelecer as bases da avaliação do projeto, os objetivos definidos e formulados previamente com os *stakeholders*, denominados de *objetivos conceituais*, são redefinidos e traduzidos em *objetivos operacionais*. Os objetivos conceituais são em geral coerentes com o projeto, porém, não necessariamente atendem aos requisitos necessários para os propósitos da avaliação. Os objetivos operacionais, por outro lado, devem ser passíveis de observação e medida, por meio de comportamentos explícitos, resultados ou dados, que podem ser gerados julgamentos de valor consistentes e válidos. Os *objetivos operacionais*, portanto, são descritos por seus elementos e informações constitutivos para refletir uma tradução operacional dos objetivos conceituais.

Os objetivos conceituais e operacionais podem ser divididos em *objetivos de implementação* - referentes à infra-estrutura necessária para início e funcionamento do projeto; *objetivos intermediários* - definidos em função dos processos necessários para alcançar mudanças e inclusão social; *objetivos de resultados* – definidos em função dos produtos, resultados e mudanças desejadas a partir da intervenção do projeto ou módulo; *objetivos de inclusão social* - referentes às mudanças esperadas para o desenvolvimento sustentável local e regional.

5. O Modelo de Avaliação do Casa Brasil

O modelo de avaliação proposto para o Projeto Casa Brasil trata das questões de mensuração e interpretação dos resultados e impactos do projeto nos níveis de contexto social, da unidade Casa Brasil e dos indivíduos. O projeto deve mensurar e avaliar a eficácia, eficiência e efetividade social do projeto considerando as dinâmicas próprias de desenvolvimento e implantação das unidades, a diversidade de realidades e contextos; o desenvolvimento sustentável local; o nível de alfabetização digital; a disseminação do conhecimento, da cultura e da rede social além das ações e estratégias para transformação da realidade (Brandão, Carvalho & Souza, 2005; MEC/SECIS - ITI, 2006).

As estratégias de mensuração por meio de indicadores estão voltadas para as redes de mobilização e articulação para desenvolvimento da autonomia individual e coletiva, as redes de participação e gestão comunitária, o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, e do software livre; as redes de produção de conteúdos, as comunidades de prática, a disseminação, produção e criação de conhecimentos e cultura; as práticas avaliativas, de economia solidária e da responsabilidade social. São essas questões, abordadas de maneira sistemática, colaborativa e formativa, que refletem o diferencial do projeto em sua implementação e avaliação continuada.

A abordagem de avaliação adotada é orientada por uma concepção formativa e de gestão. Os indicadores são agrupados em quatro dimensões do modelo: os indicadores de insumos ou recursos, de processos, de resultados e de inclusão social (Figura 1). Esses indicadores poderão subsidiar diferentes análises descritivas, normativas, explicativas, de desempenho de processos, análises inferenciais para a identificação de fatores de sucesso e insucesso do projeto. Os indicadores de insumos, bem como, de resultados e de inclusão social deverão ser correlacionados com os indicadores de processos para investigar relações explicativas para os resultados obtidos durante e após a implementação do projeto.

Os indicadores de insumos são compostos de descritores de infra-estrutura física (IF), tecnológica (IT), humana (IH) e orçamentárias (IO). Os indicadores de processos são definidos pelos descritores de gestão administrativa (GA), gestão financeira e orçamentária (GF), gestão social (GS) e gestão de conhecimento (GC). Os indicadores de resultados são compostos de descritores de Acessibilidade (RA), de descritores de habilidades para a inclusão digital (RH), de descritores de oportunidades econômicas e sociais (RO) e de participação democrática (RP). Os indicadores de inclusão social são compostos de descritores de mudanças observadas nos indivíduos (DI), na unidade Casa Brasil (DU) e no contexto social (DC).

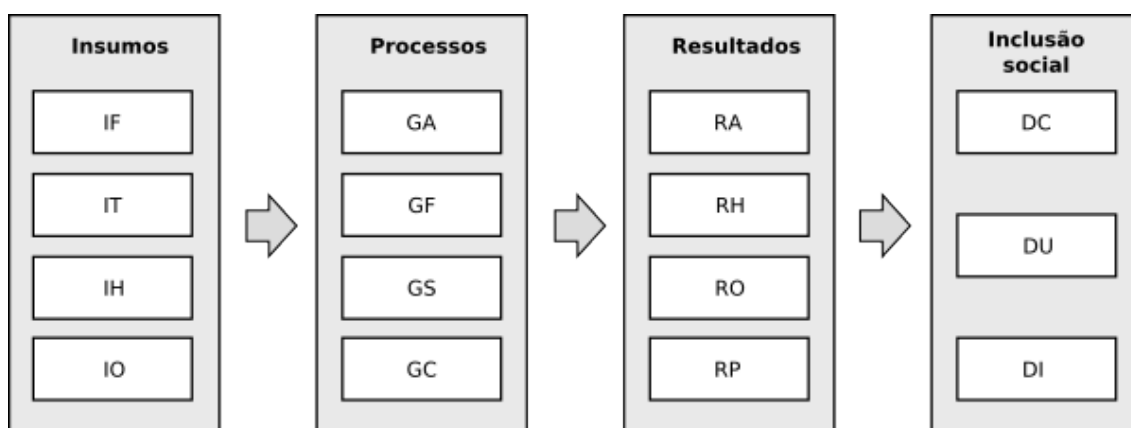


Figura 1. Modelo de avaliação do Projeto Casa Brasil

As análises correlacionais serão também conduzidas em função da implantação de cada um dos módulos das unidades Cada Brasil (telecentro, biblioteca, auditório, etc.). Dessa forma, é possível a análise das relações entre os indicadores de cada módulo separadamente, como também, em seu conjunto. Alguns dos indicadores incluem componentes específicos de cada módulo. Por exemplo, existem descritores do indicador infra-estrutura tecnológica que são específicos do módulo multimídia, outros da oficina de rádio, etc. O conjunto de componentes dos indicadores subsidiarão análises e métodos de investigação e inferências numa perspectiva inclusiva, multidimensional e formativa.

6. Métodos e Níveis de Análise

As análises deverão permitir conhecer a realidade e se estabelecer novos conhecimentos e inferências sobre o futuro do projeto, em sua provável expansão. As análises descritivas procuram identificar e compreender as particularidades de cada unidade analisada. As análises normativas estabelecem normas e padrões de desempenho das unidades, como também, podem identificar grupos e padrões de desempenho semelhantes. As análises explicativas procuram investigar relações que favoreçam a compreensão dos fatores críticos e de sucesso das unidades. Os métodos estatísticos diferem para cada tipo de análise e por essa razão podem ser considerados como etapas de análise distintas. As relações entre as análises descritivas, normativas e de causas e efeitos são representadas a partir dos indicadores nos três níveis do modelo: indivíduo, unidade e contexto, conforme representado na Figura 2.

No nível de Contexto Social são observados os fatores externos, políticos ou de cultura. Os resultados são observados no ambiente externo (nível de escolarização, emprego, renda, entre outros). No nível da Unidade Casa Brasil são observados fatores de insumos e resultados em função dos seus processos internos de gestão. No nível do indivíduo são observadas as capacidades individuais, considerando os atores envolvidos e domínios de interesse, tais como motivação, percepções, metas e aspirações. São observados também os comportamentos e desempenhos nas tarefas, papéis exercidos e as mudanças comportamentais e atitudinais nos indivíduos freqüentadores das unidades.

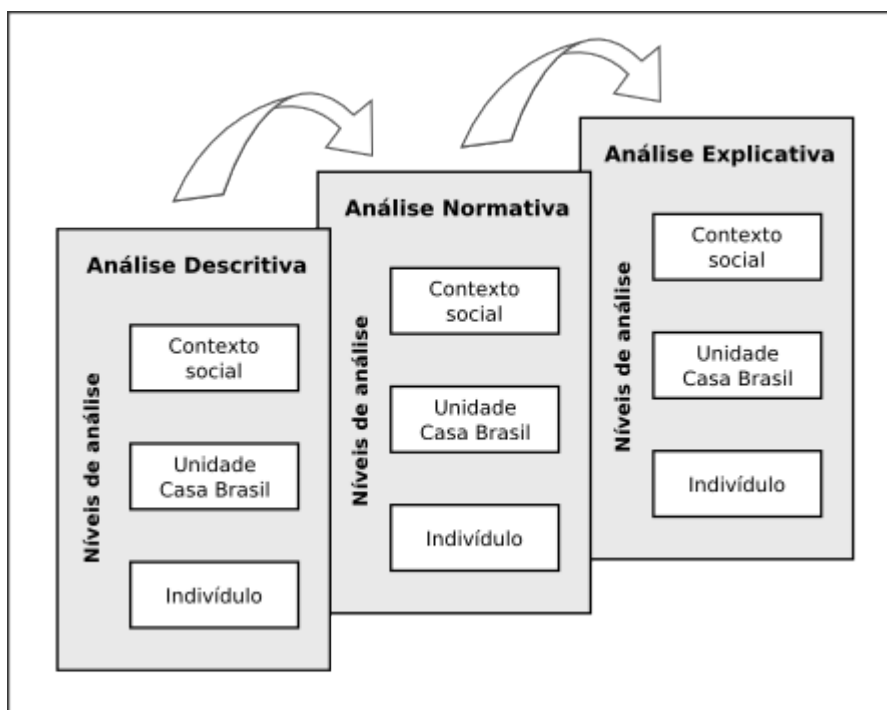


Figura 2. Níveis de análise versus Tipos de análise

7. Descrição dos Indicadores de Avaliação

O conjunto dos indicadores são apresentados e descritos na Tabela 1. Na primeira coluna estão as quatro dimensões constituintes do modelo de avaliação do Casa Brasil. Na segunda coluna encontram-se as siglas dos indicadores listados na terceira coluna. Na quarta e última coluna estão as descrições e definições gerais de cada indicador de avaliação do Casa Brasil.

8. Implementação do Modelo de Avaliação

Os objetivos conceituais e operacionais de avaliação do projeto Casa Brasil foram levantados e definidos de maneira coletiva durante um programa de capacitação a distância em Avaliação de Projetos Sociais Casa Brasil – Módulo de Planejamento utilizando a ferramenta Moodle. A equipe capacitada envolveu os membros da Coordenação Nacional, os vinte Técnicos de Instrução Continuada e vinte Técnicos de Informática que integram a equipe de implementação do projeto.

O curso teve por objetivo desenvolver uma cultura de avaliação e estabelecer uma compreensão comum dos objetivos, indicadores e dados relevantes para acompanhamento e avaliação do projeto.

Tabela 1. Dimensões, indicadores e suas descrições gerais do Projeto Casa Brasil

Dimensão	ID	Indicador	Descrição Geral
Recursos ou Insumos			
	IF	Infra-estrutura física	Instalações físicas alocadas segundo padrões aprovados pela Coordenação Nacional
	IT	Infra-estrutura tecnológica	Infra-estrutura tecnológica fornecida segundo padrões definidos pela Coordenação Nacional
	IH	Infra-estrutura humana	Pessoal necessário para o funcionamento pleno da unidade
	IO	Infra-estrutura orçamentária	Orçamento e cronograma financeiro de desembolso aprovado e destinado para o projeto e fontes de captação de recursos.
Gestão ou processos			
	GA	Gestão Administrativa	Processos para a gestão da infra-estrutura física, tecnológica e de elaboração, planejamento e gestão de projetos sociais, serviços de apoio, atendimento comunitário, acompanhamento e avaliação.
	GF	Gestão Financeira e de auto-sustentabilidade	Processos para a gestão contábil, prestação de contas e articulação para auto-sustentabilidade
	GS	Gestão social, participativa e de cidadania	Processos para a gestão de relacionamentos, Conselho Gestor, atendimento ao cidadão e identificação de problemas comunitários.
	GC	Gestão de conhecimento tecnológico, científico e cultural	Processos para a gestão da capacitação de agentes e comunidade para o uso, criação, produção, difusão, organização e sistematização dos conteúdos gerados. Disponibilização no portal Casa Brasil e na sua rede social.
Resultados			
	RA	Acessibilidade	Infra-estrutura de inclusão e acessibilidade digital garantida.
	RH	Habilidades para inclusão digital social	Habilidades de inclusão digital desenvolvidas para uso crítico e criativo das TICs na solução de problemas locais e comunitários e para a criação e produção de bens culturais.
	RO	Oportunidades econômicas sociais	Melhoria de qualidade de vida e oportunidade de renda ou emprego
	RP	Participação democrática e cidadã	Participação, representatividade social e cidadania promovidas, rede social consolidada
Inclusão Social			
	DC	Desenvolvimento social de contexto	Inclusão digital, de renda, de saúde, de educação, de segurança, de qualidade de vida e de sustentabilidade ambiental e social promovidas.
	DU	Desenvolvimento social da Unidade Casa Brasil	Conteúdos produzidos, comunidade atendida, eventos realizados.
	DI	Desenvolvimento do Indivíduo	Satisfação, qualidade de vida, oportunidades e expectativas evidenciadas.

Os participantes tiveram como tarefas – além das relacionadas à aprendizagem formal dos fundamentos da avaliação de programas –, a definição de cada indicador listado na Tabela 1, resultando na elaboração do conjunto de descrições de componentes listados na Tabela 2. Essas descrições são então confrontadas com os objetivos do Casa Brasil (exemplificados na Tabela 3) para que possam ser observados até que ponto os componentes dos indicadores representam de fato os objetivos operacionais definidos para o projeto.

O curso abordou também aspectos éticos envolvidos na avaliação de projetos sociais por meio de fóruns virtuais. Recomendações éticas para os implementadores e avaliadores do Casa Brasil foram produzidas com o uso da ferramenta wiki do ambiente Moodle.

Tabela 2 – Exemplos de descrições dos componentes do indicador de Infra-estrutura Física

Código	Componente	Descrições
1.	Localização	(1) Área de exclusão digital (2) Área com baixo índice de IDH (3) Bairros periféricos (4) Favelas e Conjuntos Habitacionais de Baixa Renda com acesso restrito a população local. (5) Áreas centrais, praças ou edifícios públicos com acesso a população em geral (6) Áreas com acesso por transporte público
2.	Segurança	(1) Policiamento diurno e noturno na localidade; (2) Policiamento noturno na localidade (3) Ocorrência policial freqüente na localidade (4) Ocorrência policial eventual (5) Em geral, não há ocorrência policial (6) Área considerada violenta,
3.	Horário de uso	(1) Manhã (2) Tarde (3) Noite (4) Seg a Sex (5) Sab (6) Dom 7. Feriados
4.	Espaço destinado	(1) Tamanho do espaço compatível com a finalidade e uso do projeto (2) Conforto ambiental compatível com a finalidade e uso do projeto. (3) Área destinada requer adequações urgentes
5.	Distribuição dos módulos na planta	(1) Disponibilização do espaço e apresentação do desenho da edificação para receber projeto arquitetônico elaborado pela Coordenação Nacional, com orientações para distribuição dos módulos e do layout
6.	Identidade visual	(1) Proposta apresentada para aplicação de identidade visual padrão seguindo as orientações elaboradas e publicadas pela Coordenação Nacional (2) identidade visual realizada seguindo as orientações publicadas pela Coordenação Nacional.
7.	Instalações Elétricas	(1) Rede elétrica compatível com as necessidades do projeto, com a instalação de rede independente dimensionada para o funcionamento dos equipamentos de cada módulo. (2) Rede elétrica nas quantidades e especificações técnicas elaboradas e publicadas pela Coordenação Nacional.
8.	Instalações Hidráulicas	(1) Rede hidráulica dimensionada para atender as necessidades do projeto, com instalações sanitárias na proporção de até 1:20, para no mínimo 2 banheiros adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais e uma pia para cozinha ou copa.
9.	Acessibilidade para deficiente físico	(1) Espaço físico com condições de acesso e permanência a pessoas portadoras de necessidades especiais, seguindo as normas técnicas legislativas (2) Existência de, no mínimo, um sanitário masculino e um feminino destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais, seguindo as normas técnicas legislativas (3) Rampas de acesso e circulação instaladas seguindo as especificações das normas técnicas para atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais
10.	Condições de Habitabilidade e Conforto Ambiental	(1) O espaço oferece a todos os tipos de usuários condições de conforto ambiental (2) Os ambientes internos dos módulos apresentam boa ventilação, iluminação, revestimentos adequados e não apresentam falhas estruturais na edificação
11.	Rádio Comunitária	(1) existência de rádio comunitária na proximidade

A Tabela 2 e o Quadro 1 são exemplos parciais para fins ilustrativos. A Tabela 2 representa o indicador de Infra-estrutura Física (IF) e seus descritores incluídos na dimensão de Recursos ou Insumos. O Quadro 1 apresenta alguns dos objetivos de implementação do Projeto Casa Brasil. A tabela final com todos os descritores das quatro dimensões do modelo servirá para elaborar o plano de levantamento de dados e os instrumentos de coleta de dados para a avaliação do projeto.

Quadro 1 – Exemplo de objetivos de implementação do Projeto Casa Brasil

Objetivos Conceituais de Implementação
Instalar infra-estrutura física, tecnológica e de recursos materiais, humanos e financeiros para os módulos.
Objetivos Operacionais de Implementação
1. Adequar espaço físico dos módulos segundo os padrões e normas de adequação física, visual e de acessibilidade Casa Brasil.
2. Instalar infra-estrutura elétrica e de cabeamento .
3. Disponibilizar mobiliário para os módulos
4. Instalar equipamentos conforme lay-out aprovado
5. Instalar 20 computadores em cada Telecentro.
6. Planejar funcionamento do Módulo
7. Disponibilizar infra-estrutura de acesso
8. Instalar rede local

9. Conclusões

O caráter pioneiro da concepção e implementação do Projeto Casa Brasil é evidenciado pela incorporação na sua idealização das questões de inclusão digital, cultural e social num complexo conjunto de objetivos indissociáveis. Para promover o seu sucesso a abordagem adotada considera a avaliação de maneira integrada à sua criação e implementação. A avaliação é orientada à gestão para promover o redirecionamento das ações quando necessário.

A formação, na modalidade a distância, dos seus gestores e implementadores em avaliação de projetos sociais foi motivada para criar uma compreensão comum sobre a avaliação, os objetivos do projeto e os indicadores de avaliação do modelo proposto. Além disso, promoveu uma cultura de visão crítica e ética característica da avaliação de programas sociais. Os componentes do modelo de avaliação puderam ser definidos de maneira colaborativa com o uso da ferramenta wiki e do ambiente Moodle. Essa abordagem promove a consolidação da rede social Casa Brasil.

Do ponto de vista metodológico, o enfoque de avaliação integrado por níveis de generalização, onde são tratados o indivíduo, a unidade e contexto social, permite análises consistentes do tipo descritiva, normativa e inferenciais. As análises podem ser direcionadas e por meio de correlações entre os indicadores de insumos, de processos, de resultados e de inclusão social, permitem explorar os fatores de sucesso e insucesso do projeto.

O modelo de avaliação proposto considera estratégico a inclusão digital para promover o desenvolvimento social pela oportunidade de acesso a informação, produção de bens culturais, de aperfeiçoamento dos indivíduos, de consolidação da rede social e da articulação comunitária, participativa e cidadã. Dessa forma, espera-se promover a interação permanente e responsável entre os agentes sociais para resultar no desenvolvimento sustentável local e regional.

Referências

- Brandão, M.F.R., Carvalho, M.A., Souza, R.E.C. (2005). "Projeto de Pesquisa Casa Brasil: Implementação e Avaliação de Programa Digital e Social", MCT/SECIS - ITI, Documento de Projeto, Setembro.
- CNPq (2005a). "Projeto Casa Brasil", acesso <Projeto>, in:
<http://www.iti.br/twiki/bin/view/Main/CasaBrasil>, julho.
- CNPq (2005b). "Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB no. 41/2005", junho.
- Compaine, B. M. (2001). "The Digital Divide: facing a Crisis or Creating a Myth?", MIT Press.
- FGV/CPS (2003). "Mapa da Exclusão Digital", Coord. Marcelo Côrtes Neri, Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, abril.
- Fitzpatrick, J. L, Sanders, J. R., & Worthen, B. R. (2004). "Program Evaluation: Alternative Approaches and Practical Guidelines, 3rd ed., Pearson Education, Inc.
- MCT/SECIS - ITI (2006). "Projeto Casa Brasil: Relatório de Acompanhamento e Avaliação - período de Julho a dezembro de 2005", Relatório Projeto Casa Brasil, Janeiro.
- Mossberger, K., Tolbert, C. J., & Stansbury, M.(2003). "Virtual Inequality: Beyond the Digital Divide". Georgetown University Press: Washington, D.C.
- Mourão, L. (2004). "Avaliação de Programas Públicos de treinamento: Um estudo sobre o Impacto no Trabalho e na Geração de Emprego", Dissertação de Doutorado em Psicologia, Brasília, DF, UnB/Instituto de Psicologia.
- Proenza, F. (2002). "e-ParaTodos: una Estrategia para la reducción de la probeza en la era de la información", in: www.aat-ar.org/documentos/e-ParaTodos.
- Warschauer, M. (2003). "Technology and Social Inclusion: rethinking the digital divide". MIT Press.